

# 20 teses de política

Enrique Dussel

São Paulo, *Expressão Popular/Buenos Aires*,

*Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2007, 184 p.*

JULIANA AMORETTI<sup>1</sup>

*20 teses de política* faz lembrar, já pelo título, o clássico texto de Karl Marx, “Teses sobre Feuerbach” [1848]. Trata-se de um livro de filosofia política e ciências humanas cuja bibliografia inclui, além de Marx, Rosa Luxemburg, Gramsci, Hegel, Rousseau, Weber, Levinas, Arendt, Bourdieu, Castells, Derrida, Agamben e outros. Preocupado em analisar e compreender o sistema em sua totalidade, Dussel adverte que *o político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas todos em conjunto*.

A *primeira parte*, “A ordem política vigente”, integra teses conceituais sobre os diversos momentos do político, seus níveis e esferas. Na *segunda parte*, “A transformação crítica do político”, as teses tratam, no nível mais concreto, conflitivo e crítico, da política como atividade transformadora.

O livro inicia com o tema da corrupção no campo político, na Tese 1. O fundamento apresentado para a compreensão do poder político é o *poder da comunidade*, no sentido de que todo o exercício do poder e da instituição será sempre delegado pela comunidade ou o povo. Omitir isso significa absolutizar e corromper.

A *corrupção originária* do político consiste na inversão operada por um ator político qualquer, presidente, deputado, juiz ou policial, que acredita ser

---

1 Doutoranda no Centro de Estudos Comparados Sobre as Américas, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília – CEPPAC/UnB (juamoretti@unb.br).

detentor pessoal do poder político e transfere o poder institucional para a própria subjetividade.

Há uma interessante complementaridade entre as Teses 2 e 3, intituladas “O poder político da comunidade como *potentia*” e “O poder institucional como *potestas*”, respectivamente. Nesses dois momentos do poder político, Dussel lembra que o poder não é privilégio de governantes.

*Potentia* é o poder do povo ou da comunidade. Na instância da comunidade há uma “vontade-de-vida” ou uma potência que pode impulsioná-la para grandes ações perante a ameaça da reprodução da vida e a necessidade de sobrevivência. Essa essência positiva é o que determina o conteúdo do poder e representa o fundamento material da definição de poder político.

A necessária institucionalização da comunidade pode ser o momento que esta decide dar a si um governo, o que Dussel chama de *potestas*. Quando a comunidade política se afirma como poder instituinte, há um momento de passagem da *potentia* para a constituição de poder organizado, ou para a *potestas*, na qual o poder institucional é delegado a um representante eleito. Com o objetivo de alcançar fins diferenciados, decide-se organizar funções e, assim, a política cria instituições nas quais se pode realizar o exercício “delegado” do poder com legitimidade.

Enquanto *potentia* é poder em si, *potestas* é poder de mediação.

Segundo Dussel, a realização do poder político necessita de mediações, sejam técnico-instrumentais ou estratégicas, que possibilitem o consenso comunitário. Contudo, o desenvolvimento da *potestas* favorece o afastamento da comunidade. Constitui-se aí um ponto delicado: o que é um momento fundamental para impulsionar as ações de forma legítima e não autoritária pode ser também o início de um caminho para a estagnação. “A política será a longa aventura do uso devido (ou corrompido) da *potestas*” (p.33).

A Tese 5 teoriza o poder fetichizado em oposição ao poder obediencial. Uma feliz alusão a Marx que, no estudo do processo de produção do capital, ao abordar a forma dinheiro do valor, apresentou o *fetichismo da mercadoria* como sendo seu segredo. Segundo Marx, no livro *O capital* [1867], “à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas”. É interessante como Marx, e agora Dussel, entram no espaço da filosofia metafísica e da teologia para explicar seus objetos de estudo. Precisaram recorrer àquilo que é impalpável, mas que estrutura as subjetividades.

Dussel explica que a palavra fetichismo vem do português, em que “feitiço” significa “feito” (feito pelas mãos dos homens). Remete ao processo de fazer “deuses” como produto da imaginação dominadora do ser humano, para depois adorá-los como o divino, o absoluto, o que origina o resto. O caso de fetichismo e idolatria é semelhante.

O poder fetichizado, para Dussel, é a concepção de poder da Modernidade colonialista e do Império. Resulta da “vontade-de-poder” como domínio sobre o

povo, sobre os mais fracos, sobre os pobres. A política submete-se à vontade das instituições fetichizadas, em favor de alguns membros particulares da comunidade, ou no caso dos países pós-coloniais, como os latino-americanos, em favor dos Estados metropolitanos. Fetichizado é o poder auto-referente, e por isso repressor e antidemocrático. Fetichizado é o poder para benefício do governante, do seu grupo, da classe burguesa.

A ação política estratégica é explicada na Tese 6, com outros dois desdobramentos do político: as instituições da ordem política e seus princípios normativos. Os níveis institucional e normativo são atravessados por esferas: a material, a de legitimação ou democrática, e a de factibilidade. A ação política é estratégica e não meramente instrumental, como a ação técnica que transforma a natureza. A estrutura prática se organiza diante do ator político: os objetivos propostos dependem da situação conjuntural complexa de todas as forças de aliados e antagonistas. É essencial pensar o “potencial estratégico” e ponderar para agir.

A Tese 7 mostra o campo político atravessado pelo campo material, opondo-se ao liberalismo, para o qual a política não se ocupa do econômico. A esfera material integra o ecológico, o econômico e o cultural, e o objetivo da política é, em última instância, a satisfação das reivindicações sociais.

A explicação do princípio político-material, apresentada na Tese 9, mostra que *material* não significa algo físico, mas conteúdo. Em toda a política, seus atos ou instituições, o conteúdo é a vida humana concreta.

Os princípios normativos da política atuam implicitamente, mas Dussel salienta que é bom explicitá-los para ter mais consciência normativa, a fim de poder ensiná-los e fundamentá-los. Há três princípios normativos da política essenciais, com mútua codeterminação: o princípio material, que obriga o respeito à vida dos cidadãos; o princípio formal, que fala do dever de atuar dentro da legitimidade democrática; e o princípio de factibilidade, que determina operar só o possível (aquém da possibilidade anarquista e além da possibilidade conservadora). “Na tradição marxista *Standard*, o princípio material (econômico) é a última instância. Na tradição liberal, o princípio formal-democrático é a última instância. No cinismo da política sem princípios, a factibilidade opera sem restrição alguma” (p.77).

Outras teses da *primeira parte* incluem: o poder *obediencial*, a necessidade das instituições políticas, a fraternidade, as instituições das esferas da legitimidade democrática e da factibilidade e seus princípios, a ética e o princípio material da política.

A *segunda parte* apresenta princípios, práxis e postulados políticos para a crítica da ordem vigente, fazendo a desconstrução de elementos trabalhados anteriormente. Os temas incluem o povo, o popular e o “populismo”, o poder libertador e o “estado de rebelião”, os princípios políticos de libertação e a práxis dos movimentos sociais e políticos.

Segundo o autor, o sistema vigente tem vítimas, as quais *não-podem-viver* plenamente. Sua vontade-de-viver foi negada pela vontade-de-poder dos capitalistas. O povo, antes de sua luta, é ignorado, não existe, é uma *coisa* à disposição.

Quando os oprimidos e excluídos tomam consciência de sua situação, tornam-se dissidentes.

Os princípios políticos libertadores são princípios materiais em dimensões *ecológicas, econômicas e culturais*. Destes dependem a afirmação e o aumento da vida comunitária. A práxis da libertação, para Dussel, é *sempre* um ato intersubjetivo, coletivo, de consenso recíproco. Sem organização, o poder do povo é pura potência, possibilidade, inexistência objetiva, voluntarismo ideal.

O político deve ter clareza estratégica na ação transformadora, trabalhar sobre táticas eficazes e escolher os meios apropriados. A luta libertadora não é pela inclusão, mas pela transformação.

Em *20 teses de política*, Dussel descreve como a práxis da transformação segue postulados políticos. Postulados são critérios de orientação, logicamente possíveis, mesmo que empiricamente impossíveis. Nesse sentido, o postulado, ou a utopia, é fundamental para orientar as ações e é usado para direcionar as práticas a partir de diferentes visões de mundo. Pode-se postular, por exemplo: age de tal forma que alcancemos a “paz perpétua” com a legitimidade; age de tal forma que alcancemos o “reino da liberdade” com a produção proveniente da máxima tecnologia e do trabalho zero; age de tal forma que alcancemos a “superação de classes” e o fim do Estado.

Dussel marca seu interesse em compreender a recente experiência latino-americana de certa “primavera política” dos movimentos sociais e afirma que é chegada a hora de os povos, os originários e os excluídos, travarem sua luta de libertação.

Criticamente pode-se dizer que o sentido libertário das teses fica a um passo da discussão sobre a Revolução. O papel das contradições entre capital e trabalho e da luta de classes na superação do capitalismo talvez seja propositadamente tratado de forma tangencial. Sem se aprofundar nesse núcleo de discussão, o livro dá instrumentos ao leitor para uma análise dialética e concreta da política.

O convite para a imersão na análise dos processos políticos latino-americanos atuais talvez seja a grande mensagem das *20 teses de política*. Esse texto, dirigido aos jovens, transmite a certeza de que o século XXI exige grande criatividade, e que a “esquerda” requer renovação ética, teórica e prática.

AMORETTI, Juliana. Resenha de: DUSSEL, Enrique. 20 teses de política. São Paulo, Expressão Popular/Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2007, 184 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008, p.183-186.

***Palavras-chave:*** Filosofia política; Teoria política; América latina.